



JUVENTUDE SEM-TERRA EM PERSPECTIVA: REPERTÓRIOS, LUTAS POR RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO (2019-2025)

Gabriel Campelo Barros¹
Universidade Federal de Viçosa

Victor Luiz Alves Mourão²
Universidade Federal de Viçosa

Nathália Thaís Cosmo da Silva³
Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

O artigo tem como objetivo identificar as lutas por reconhecimento e redistribuição, bem como os principais repertórios de ação da juventude sem-terra no Brasil, sob o olhar das teorias de Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Tilly. Para isso, foi empreendida uma análise de conteúdo de publicações de 2019 a 2025 no site do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, utilizando o termo “juventude sem-terra”. Conclui-se que o MST tem incorporado, cada vez mais, aspectos de lutas por reconhecimento que, somados às suas pautas redistributivas, favorecem sua configuração como um movimento bivalente. No caso da atuação da juventude sem-terra, identificou-se a prevalência de pautas de reconhecimento e de redistribuição voltadas para a defesa do meio ambiente e da educação, além de repertórios de ação civis, conflituos e “barbáricos”, representados principalmente por atividades formativas, ações de solidariedade e ocupações. A análise dos dados também permitiu compreender a diversidade de temáticas mobilizadas por esses atores, representando uma interseccionalidade de pautas que transcende a compreensão clássica de reforma agrária.

Palavras-chave: Movimentos sociais; MST; Reconhecimento; Redistribuição; Repertórios.

LANDLESS YOUTH IN PERSPECTIVE: REPERTOIRES, STRUGGLES FOR RECOGNITION AND REDISTRIBUTION (2019-2025)

ABSTRACT

The article aims to identify the struggles for recognition and redistribution, as well as the main action repertoires of the landless youth in Brazil, through the lens of the theories of Axel Honneth, Nancy Fraser,

¹ Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFV). Doutorando em Extensão Rural vinculado à Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Endereço para correspondência: Av. P. H. Rolfs, s/n - Campus Universitário, Viçosa, Minas Gerais, Brasil, CEP: 36570-900. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9309-8072>. E-mail: gabriel.campelo@ufv.br.

² Doutor em Sociologia (UERJ). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Endereço para correspondência: Av. P. H. Rolfs, s/n - Campus Universitário, Viçosa, Minas Gerais, Brasil, CEP: 36570-900. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2770-721X>. E-mail: vmourao@ufv.br.

³ Doutora em Ingeniería para el Desarrollo Rural pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Professora Adjunta da Departamento de Economia Rural (UFV) e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Endereço para correspondência: Av. P. H. Rolfs, s/n - Campus Universitário, Viçosa, Minas Gerais, Brasil, CEP: 36570-900. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6630-796X>. E-mail: nathaliacosmo@ufv.br.

and Charles Tilly. To this end, a content analysis was conducted on publications from 2019 to 2025 on the website of the Landless Workers' Movement (MST), using the term "landless youth." It is concluded that the MST has increasingly incorporated aspects of recognition struggles which, combined with its redistributive agendas, support its configuration as a bivalent movement. Regarding the actions of landless youth, there is a prevalence of recognition and redistribution agendas focused on environmental protection and education, in addition to civil, contentious, and "barbaric" action repertoires, mainly represented by educational activities, solidarity initiatives, and occupations. The data analysis also allowed for an understanding of the diversity of issues mobilized by these actors, representing an intersectionality of agendas that transcends the classical understanding of agrarian reform.

Keywords: Social movements; MST; Recognition; Redistribution; Repertoires.

JUVENTUD SIN TIERRA EN PERSPECTIVA: REPERTORIOS, LUCHAS POR RECONOCIMIENTO Y REDISTRIBUCIÓN (2019-2025)

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo identificar las luchas por reconocimiento y redistribución, así como los principales repertorios de acción de la juventud sin tierra en Brasil, bajo la perspectiva de las teorías de Axel Honneth, Nancy Fraser y Charles Tilly. Para ello, se realizó un análisis de contenido de publicaciones de 2019 a 2025 en el sitio web del Movimiento de los Trabajadores y Trabajadoras Rurales Sin Tierra (MST), utilizando el término "juventud sin tierra". Se concluye que el MST ha incorporado cada vez más aspectos de las luchas por reconocimiento que, sumados a sus agendas redistributivas, favorecen su configuración como un movimiento bivalente. En el caso de la actuación de la juventud sin tierra, se identificó la prevalencia de agendas de reconocimiento y redistribución orientadas a la defensa del medio ambiente y la educación, además de repertorios de acción civiles, conflictivos y "bárbaros", representados principalmente por actividades formativas, acciones de solidaridad y ocupaciones. El análisis de los datos también permitió comprender la diversidad de temas movilizados por estos actores, representando una interseccionalidad de agendas que trasciende la comprensión clásica de la reforma agraria.

Palabras clave: Movimientos sociales; MST; Reconocimiento; Redistribución; Repertorios.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as juventudes rurais estão inseridas em uma heterogeneidade de contextos sociais, econômicos, territoriais e de identidades (Pais, 1990; Martins, 2021). São jovens agricultores familiares, assentados, reassentados, sem terras, acampados, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas e demais expressões da sociedade rural brasileira (Barros; Stoffel; Rambo, 2024), vivendo em uma realidade desafiadora de crescentes índices do êxodo rural, envelhecimento, masculinização do campo e escassez de políticas públicas (Troian; Breitenbach, 2018; Rodrigues *et al.*, 2020).

O fortalecimento da organização política das juventudes rurais no país, especialmente a partir dos anos 2000, emerge como um importante marco para estes atores sociais em contraponto a estas problemáticas. Para Castro (2016), esse período marcou um maior reconhecimento da categoria no interior de organizações e movimentos sociais, fortalecendo a identidade das juventudes rurais enquanto sujeitos

de direitos, que viria a corroborar com a constituição de uma geração auto identificada por *juventude do campo, das águas e das florestas* (Castro, 2016).

Como consequência desse processo socio-organizativo, os jovens do campo têm participado de forma cada vez mais crescente das arenas político-institucionais, se mobilizando frente ao Estado Brasileiro para incidir na construção das políticas públicas para o campo (Castro, 2016). Tal embate entre as juventudes rurais e Estado representa um fenômeno de grande relevância para os estudos sociais, abrindo espaço para identificar possíveis padrões de pautas mobilizadoras e de formas de organização coletiva destes atores dentro em movimentos sociais que lutam por justiça social.

Os conflitos por justiça social são temas centrais nas discussões contemporâneas, e teóricos como Axel Honneth e Nancy Fraser vem propondo os conceitos de *reconhecimento e redistribuição* para qualificar esse debate (Fraser; Honneth, 2003). Apesar das diferenças na teoria social crítica entre ambos, os pesquisadores não são antagônicos e compartilham do entendimento de que a justiça social tem como objetivo garantir processos participativos que envolvam toda a sociedade (Lucas; Oberto, 2010).

De forma adicional, o sociólogo Charles Tilly também contribui com outra importante lente de análise nas pesquisas sobre movimentos sociais, ao propor o conceito de repertórios de ação (Tilly, 1978; Pereira; Silva, 2020), entendido como um “conjunto de formas de ação” (Alonso, 2012, p. 23) que podem estar presentes a partir de diversas expressões – greves, marchas, assembleias, e outras estratégias utilizadas por diferentes atores em processos de mobilização no contexto da luta social (Tilly, 1978).

No Brasil, como exemplo de movimento que luta por justiça social no qual é possível identificar padrões de pautas mobilizadoras e repertórios de ação, destacamos o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Fundado na década de 1980 a partir de pautas redistributivas voltadas para o acesso à terra, o movimento vem com o passar dos anos inserindo em seus debates aspectos relacionados a identidade sem-terra sob a ótica das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia (Carter, 2010). A ‘juventude sem-terra’ no MST, como parte integrante do movimento, tem papel central na continuidade dos processos de reivindicação

propostos, e também vem sendo discutida em estudos de autores como Lopes e Carvalho (2017), Santos (2022), Possas, Gantos e Braga (2022), configurando-se como um relevante elemento de análise sobre a temática.

Considerando esta reflexão, surgem as provocações que orientam as perguntas a serem discutidas neste estudo: De que forma se articulam as lutas por reconhecimento e redistribuição na atuação da juventude sem-terra no Brasil e quais tem sido os principais repertórios de ação destes atores considerando o período de 2019 a 2025? Assim, o trabalho tem como objetivo identificar as lutas por reconhecimento e redistribuição, bem como os principais repertórios de ação da juventude sem-terra no Brasil sob o olhar das teorias de Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Tilly.

O artigo está dividido em três seções, a primeira busca aprofundar nos temas de lutas por reconhecimento e redistribuição, bem como dos repertórios de ação, buscando aproximar a teoria no campo dos estudos dos movimentos sociais, especialmente do campo, a segunda parte se refere ao percurso metodológico utilizado para este estudo, e na terceira, a sistematização e discussão dos dados, tendo como base as publicações encontradas no site do MST sob a palavra-chave juventude sem-terra no período de 2019 a 2025. Para concluir, buscou-se fazer considerações finais sobre os resultados obtidos e as contribuições das discussões no campo da teoria social crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo do entendimento sobre modernidade, Axel Honneth discute sua teoria a partir da filosofia de Hegel e de autores como William I. Thomas, George H. Mead e Talcott Parsons, tendo como ponto inicial as motivações humanas no debate do reconhecimento. Para o autor, esta é uma categoria chave que nos ajuda a compreender o que motiva sujeitos na realização de suas ‘obrigações sociais’, chegando ao entendimento de que estes buscam uma manutenção do ‘autorrespeito’ e que a falta de reconhecimento de outras partes vista é vivenciada como uma agressão na sociedade atual (Parsons, 1964; Honneth, 2014).

Estas relações podem ocorrer sob padrões de reconhecimento intersubjetivo como ‘o amor, o direito e a solidariedade’, vistos em quatro instituições, denominadas

de complexos institucionais, sendo elas: *a economia, a democracia parlamentar, o direito e a família* (Parsons, 1964; Honneth, 2014). Para Parsons (1964), todos estes complexos poderiam ser articulados e dotados de ‘normas’, que de forma ‘simbólica e transparente’ garantiriam “uma conexão sistemática entre o cumprimento individual dos deveres e a aquisição social de respeito” (Honneth, 2014, p. 159).

Deste modo, cada uma destas instituições deve se equilibrar em papéis duplos na ‘garantia de serviços’ que deem sustentação aos sistemas e forneçam satisfação aos sujeitos na construção do reconhecimento recíproco (Honneth, 2014). Quando um dos componentes de ordenamento social é descumprido, por ‘falhas ou distorções’, abre-se espaço para processos de *conflito social* na busca por este reconhecimento (Parsons, 1964; Honneth, 2014).

Este conflito é, portanto, gerado a partir de um “sentimento de injustiça partilhado por atores sociais que tiveram suas expectativas morais violadas” (Sabottka; Santo, 2018, p. 75). Com isso, podemos dizer, são os problemas morais relacionados a experiências negativas de ‘violação, privação de direitos e degradação’ (Honneth, 2003), que desencadeiam uma *resistência* traduzida a partir posteriormente como uma ‘luta por reconhecimento’.

Ao analisar o conceito, Ventura (2009) destaca que na visão de lutas por reconhecimento há um componente ético e um componente de aprendizado moral. Nessa perspectiva, a autora discute que a luta é fator moral que está diretamente conectada com as relações sociais, estando relacionada não apenas a uma “autopreservação física”, mas também à busca por um reconhecimento recíproco.

Segundo Sabottka e Santo (2018) a partir da compreensão de Bressiani (2010), Axel Honneth não nega as pautas de redistribuição, mas busca reconstituir os conflitos sociais dentro da teoria do reconhecimento, estabelecendo uma norma única onde são considerados os desrespeitos das mais variadas formas, sejam elas materiais, culturais ou jurídicas (Sabottka; Santo, 2018). Em suma, o autor passa a olhar o reconhecimento cada vez mais sob a perspectiva das normas da vida social e menos a partir do contexto das lutas sociais (Neves; Souza, 2018).

Honneth acrescenta que a sociedade capitalista moderna vem apresentando uma realidade crescente de pessoas em uma ‘subclasse’, inseridas em um contexto de ausência de direitos, degradação econômica e subocupação, notadamente observadas nos trabalhadores que não tiveram oportunidades de estudo e em mulheres que vivenciam a imposição de garantir tarefas reprodutivas (Honneth, 2014), dificultando o acesso destes atores sociais nas esferas institucionais de reconhecimento.

Em contraponto, um número reduzido de pessoas vem tendo a oportunidade de participar ativamente destes subsistemas (economia, direito e família), sem reconhecer esse acesso como uma ‘inclusão social’. Ao contrário, o status fornecido vem servindo para a construção de barreiras que acabam por excluir ainda mais os grupos marginalizados (Honneth, 2014). É a experiência de direito recusado, até mesmo aqueles mais sutis, que se consolidará como substrato da luta por reconhecimento por meio do engajamento.

Com a ausência de perspectivas de reconhecimento nas ‘arenas oficiais’ e/ou ‘subsistemas’, os atores buscam por métodos não normatizados de se obter o reconhecimento, muitas vezes com o emprego da violência e sem a necessidade das justificações e simbolizações ora previstas, na qual o autor descreverá como *‘barbarização do conflito social’* (Honneth, 2014).

Por outro lado, Fraser (2006) discute a temática a partir da sua percepção sobre os conflitos ‘pós-socialistas’ emergentes, quando a mobilização social passa a acontecer de maneira mais intensa a partir das lutas por ‘identidade’ de um determinado grupo, em contraposição aos interesses de classe. Na atualidade “o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (Fraser, 2006, p. 231).

Sobre o cenário de concorrência na promoção da justiça, a autora aponta que a luta por ‘igualdade’ – impulsionada por processos de mobilização política do século XX, como as lutas dos sindicatos por melhores condições de salário –, vem sendo substituída por uma luta pelo ‘reconhecimento das diferenças’, vistas principalmente nos denominados novos movimentos sociais (Bressiani, 2011), que teriam como pauta a busca por afirmação de suas identidades.

Nancy Fraser busca analisar criticamente os estudos de autores e a atuação de movimentos sociais que passaram a suplantam as demandas materiais, frente a discussões meramente identitárias, em um período histórico de crescentes desigualdades sociais (Neves, 2005), vistas inclusive em grandes nações mundiais, a exemplo dos EUA, China, Índia e Brasil (Fraser, 2006).

Diante disso, a autora propõe a consideração de dois aspectos da injustiça: a econômica e a cultural ou simbólica. Segundo Fraser (2006), a injustiça econômica está expressa em questões como a ‘exploração do trabalho’, na ‘marginalização econômica’ e na ‘privação material’, ao passo que a injustiça cultural ou simbólica tem como exemplo a ‘dominação cultural’, o ‘ocultamento’ e o ‘desrespeito’ (p. 232). Com isso, se distancia da compreensão de Honneth, onde a discussão do reconhecimento é central, e propõe relacionar ambas as lutas denominadas por ‘redistribuição’ e ‘reconhecimento’ (Fraser, 2006).

A autora entende por redistribuição todas aquelas lutas políticas pautadas em aspectos econômicos, como para a distribuição de renda, para o acesso e igualdade no ambiente de trabalho, ou quaisquer outros aspectos que envolvam a economia como elemento central, ao passo que as lutas por reconhecimento envolvem, por exemplo, aspectos culturais e simbólicos em torno da identidade dos sujeitos (Fraser, 2006).

Para justificar sua análise, Nancy Fraser também destaca que para além das extremidades de classe e sexualidade, ocorrem movimentações *bivalentes* nos movimentos sociais, dando como exemplo as lutas do movimento feminista – que envolvem denúncias como a desigualdade na divisão sexual do trabalho, mas também a desvalorização da mulher no campo cultural –, e a do movimento negro, com características semelhantes considerando as desigualdades de raça (Fraser, 2006; Santos, 2020).

A superação destas injustiças dentro do dilema redistribuição-reconhecimento passaria, portanto, pela aplicação de *remédios* afirmativos e transformativos, sendo descritos por Fraser (2006) como

(...) Remédios afirmativos para a injustiça, [são aqueles] voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra. (...) remédios transformativos, em contraste, [são] voltados para

corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente.” (Fraser, 2006, p. 237)

No entanto, a autora reconhece que os remédios afirmativos podem ter como resultado a ‘diferenciação de grupos’ e sua estigmatização, enquanto os remédios transformativos atuam para alterar as diferenças em caráter estrutural em sentido progressista/inclusivo. Uma espécie de ‘menosprezo’ é comumente gerada a partir um grupo perante outro na implementação dos remédios de redistribuição afirmativos, ao passo que nos remédios de redistribuição transformativos podem ocorrer formas de compensação estrutural (e não apenas dos efeitos) do não-reconhecimento (Fraser, 2006).

Por fim, temos as principais ideias relacionadas ao conceito de repertórios, que podem ser encontradas a partir dos estudos de Charles Tilly, tendo como base suas contribuições para a sociologia histórica a partir dos anos de 1970 (Tilly, 1976; Alonso, 2012). Na obra *‘From mobilization to revolution’* (1978) o autor reflete sobre os aspectos que permeiam a ação coletiva, discutindo que as formas com que atores apresentam as demandas coletivas podem sofrer alterações ao longo da história, especialmente devido às mudanças estruturais, sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas e outras (Tilly, 1978; Pereira; Silva, 2020).

Tal compreensão é central para estabelecer as bases do que Tilly (1978) chamaria de ‘repertórios de ação’, que na interpretação de Pereira e Silva (2020) sobre o autor, significaria “conjuntos historicamente limitados de formas de ação conhecidas e consideradas legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, assim se tornando rotineiras” (p. 619).

De forma adicional a noção do conceito, Sidney Tarrow (1998), que também se aprofundou sobre a temática, descreve que

O repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam (Tarrow, 2009, p. 51).

Dada esta explicação, quais as possibilidades de formas de ação que podem compor um repertório? Como um dos mais relevantes exemplos destacam-se as greves como estratégias que se incorporaram ao repertório de trabalhadores ao redor do

mundo, e que, inclusive, foram elementos empíricos de análise em estudos de Charles Tilly. No decorrer de suas obras o autor também vai citar outros casos, como comícios, passeatas, reuniões públicas, entre outros (Tilly, 1978; Tilly, 1983). Assim, podemos concluir que um repertório “surge como aglomerado de instrumentos para realização de interesses” (Alonso, 2012, p. 24), unindo distintas práticas e ações para a sua gênese. Ao aproximarmos o conceito de repertórios de um enfoque para o espaço rural, também podemos identificar estudos que mostram repercussões sobre a temática. O trabalho realizado por Da Ros (2009) identificou como setores patronais do Rio Grande do Sul, em meados de 1990, passaram a utilizar estratégias de ‘barreiras’ buscando inviabilizar a fiscalização de órgãos públicos e impedir o avanço de áreas destinadas a trabalhadores rurais assentados do MST naquele período. Por outro lado, estudos como o de Bodart e Souza (2019) buscaram entender os repertórios do MST em relação ao Estado, onde identificaram a prevalência de repertórios conflitivos com estratégias como bloqueios e ocupações.

De modo geral, Pereira e Silva (2020) concluem que os estudos que envolvem a teoria de repertórios de ação e movimentos sociais no Brasil estão divididos em dois eixos principais: i) aqueles que buscam entender a inclusão ou continuidade do uso de formas de ação em repertórios de grupos em determinado período, ou ii) estudos que visam analisar as particularidades e mudanças de repertórios entre movimentos sociais do país. É nesse último agrupamento de pesquisas que buscamos desenvolver o presente trabalho, ampliando nossa lente de análise para o principal movimento social do campo no país – o MST –, com ênfase na sua geração mais jovem.

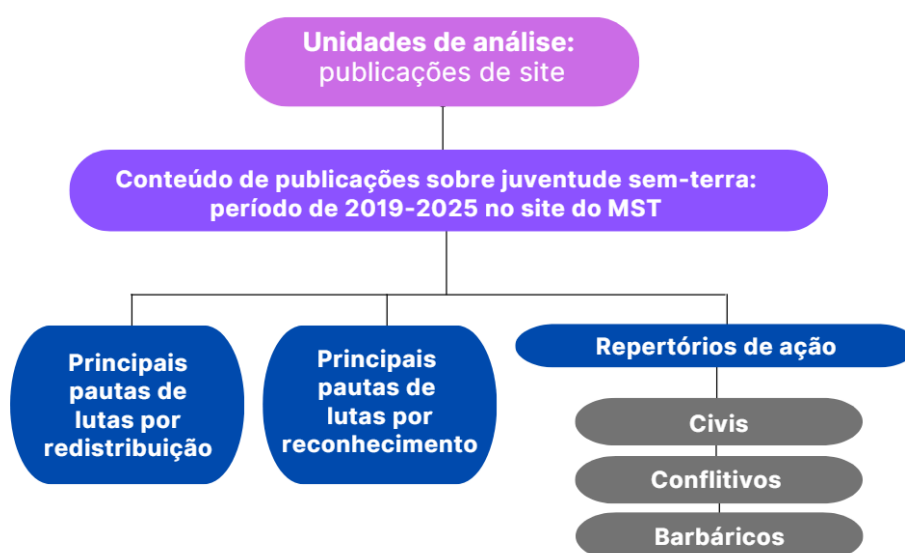
METODOLOGIA

Como método, foi estabelecido a análise de conteúdo (Bardin, 2011) para a sistematização de informações, tendo como base de dados as publicações divulgadas nos últimos cinco anos (2019-2025) no site oficial do MST com a temática ‘juventude sem-terra’ (MST, 2025). As publicações tratam-se de matérias jornalísticas produzidas pelo próprio movimento.

Seguindo a técnica proposta por Bardin (2011), os documentos foram submetidos a três etapas, sendo elas: a) pré-análise, b) exploração do material e, c) tratamento dos resultados. A pré-análise foi constituída de uma leitura flutuante do conteúdo das publicações, onde buscou-se selecionar quais delas seriam analisadas. Nesta fase, foram excluídas as publicações duplicadas ou outras formas de publicação (cartazes, galeria de fotos, entre outros) que não representavam o objetivo do estudo proposto.

Na exploração do material e tratamento dos resultados, em cada uma das publicações foram buscadas informações a partir da categorização: a) principais lutas por redistribuição; b) principais lutas por reconhecimento, e, c) repertórios (civis, conflitivos e barbáricos) conforme Figura 1.

Figura 1 – Categorias da análise de conteúdo



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tilly (1978), Fraser (2006), Bardin (2011) e Honneth (2014).

As categorias foram escolhidas baseando-se na literatura mobilizada para este estudo referente aos autores Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Tilly. Com as *principais pautas lutas por redistribuição*, buscamos identificar principalmente temas econômicos que pautam o conflito entre o MST, através da juventude sem-terra, o Estado e demais atores. Por outro lado, na categoria de *principais pautas de lutas por reconhecimento* visamos identificar os temas relacionados a dimensão cultural ou simbólica, muitas vezes relacionadas a identidade, que permeiam as mobilizações por justiça social do movimento.

Para isso, propomos uma escala de organização dos repertórios utilizados por estes atores no processo de conflito social perante o Estado, identificando como repertórios *civis* aqueles em que não há um confronto direto – referindo-se a estratégias que prioritariamente promovem um diálogo entre os sujeitos, ou para fora, com o Estado e a sociedade. Já os repertórios *conflitivos* estão relacionados ao confronto direto com o Estado, visando denunciar o que consideram como retrocessos sem necessariamente se utilizar da força. Por fim, os repertórios *barbáricos*, enquadrados de um caráter conflitivo que mobiliza formas de ação mais contundentes, quando há pouco espaço de diálogo com o Estado nas arenas oficiais. Neste último caso, baseados na matriz conceitual de Axel Honneth sobre barbarizações do conflito social (Honneth, 2014), propomos a utilização do termo ‘barbárico’ como categoria analítica para demarcar um deslocamento em relação às formas convencionais (civis e conflitivas) de interlocução e contestação.

ANÁLISES E RESULTADOS

Ao todo foram encontradas 58 publicações, onde 7 foram excluídas na fase de leitura flutuante por não se adequarem aos objetivos do estudo ou tratarem-se de duplicações, assim, selecionando para análise de conteúdo um total de 51 publicações, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Publicações analisadas no site do MST com o termo ‘juventude sem-terra’ entre os anos de 2019 e 2025

Nº	PUBLICAÇÕES ANALISADAS	ANO
1	Em Alagoas, juventude sem terra inicia formação em questão agrária;	2019
2	No Ceará, MST realiza XV Encontro Estadual da Juventude Sem Terra;	
3	Curso da juventude sem terra da região Sul fortalece a luta pela educação pública;	
4	Em alagoas, juventude sem terra conclui curso sobre questão agrária;	
5	Arte para revolucionar: juventude sem terra e a cultura do MST na batalha das ideias;	
6	Educação e cultura marcam a jornada da juventude sem terra no Piauí;	
7	Quais os desafios da juventude sem terra no combate ao racismo;	

8	A terra não é mercadoria: juventude sem terra e agroecologia;	
9	Juventude sem terra realiza encontro no Acampamento Marielle Vive;	
10	Jornada de trabalho de base é tema central de curso da juventude sem terra da região Sul do Brasil;	2020
11	Durante acampamento, juventude sem terra planta 1000 árvores em Alagoas;	
12	Manifesto da juventude sem terra pede adiamento do ENEM;	
13	No Ceará, juventude sem terra realiza mutirão de plantio de árvores;	
14	Semana do meio ambiente: juventude sem terra no enfrentamento a crise ambiental;	
15	Juventude sem terra protagoniza cultivo e plantio de mudas no dia nacional do meio ambiente;	
16	Juventude sem terra do MS doa 1.400 hortaliças em bairros carentes da capital;	
17	Juventude sem terra marca semana da agricultura com plantio de árvores;	
18	“A jornada é o momento de colocar nossas ações em movimento”, defende juventude sem terra;	
19	No dia do estudante, juventude sem terra debate educação em tempos de pandemia;	
20	Juventude sem terra lança música com mistura de rap e sertanejo;	
21	No Ceará, juventude sem terra doa alimentos nas periferias de Fortaleza;	
22	Assembleia da juventude sem terra debate os desafios dos jovens brasileiros na atualidade;	2021
23	Quando abril chegar: diário da juventude sem terra – 2º dia de acampamento;	
24	Vida, pão, vacina e educação: diário da juventude sem terra – 3º dia de acampamento;	
25	O acampamento encoraja: diário da juventude sem terra – 4º dia de acampamento;	
26	Parada pela vida: diário da juventude sem terra – 5º dia de acampamento;	
27	Semeando arte e luta: diário da juventude sem terra – 6º dia de acampamento;	
28	Acampamento pedagógico: manifesto da juventude sem terra a esperar;	
29	Em alagoas, juventude sem terra realiza mostra cultural;	
30	12ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra: entrevista com Jailma Lopes;	2022
31	Lançamento da 7ª edição do Festival Internacional Amazônida de Cinema de Fronteira acontece no XVI Acampamento da Juventude Sem Terra no Pará;	
32	PRF invade acampamento da juventude sem terra em Roraima;	
33	1º Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra em Roraima lança carta aberta em defesa da vida;	
34	Jovem sem terra do Mato Grosso recebe moção de aplausos na Assembleia Legislativa do Estado;	
35	Jornada da juventude sem terra 2022 traz defesa da terra e da soberania popular;	
36	Juventude sem terra denuncia destruição do meio ambiente com ações nas 5 regiões do país;	

37	Juventude sem terra da região Sudeste promove escracho na sede da Bayer em Jacaré/SP;	
38	Mato Grosso recebe Escola de Formação da Juventude Sem Terra da região Centro-oeste;	
39	Juventude sem terra realiza a 10ª edição do Curso Ernesto Che Guevara na região Sul;	
40	IV FENARA: A partilha de sonhos, afetos, cultura, vivências da juventude sem terra;	2023
41	Juventude sem terra e Levante Popular fazem escracho em frente a BASF no RS;	
42	MST realiza Escola de Férias da Juventude Sem Terra no estado do Paraná;	
43	No Ceará, MST realiza XVI Encontro Estadual da Juventude Sem Terra;	
44	Juventude Sem Terra lança músicas em preparação ao VII Congresso Nacional do MST;	
45	Jovens da região do Recôncavo realizam Jornada da Juventude Sem Terra na Bahia;	2024
46	Juventude Sem Terra escracha escritório do desmatamento em Rondonópolis/MT;	
47	Juventude do MST em Goiás participa da 15ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra;	
48	MST realiza formação em Comunicação Popular para Juventude Sem Terra, no Mato Grosso;	
49	Goiás recebe a 2ª Escola da Juventude Sem Terra da região Centro-Oeste;	2025
50	Internacionalismo em prática: juventude Sem Terra fortalece intercâmbio agroecológico;	
51	MST realiza 1ª Escola da Juventude Sem Terra da Região Nordeste.	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em MST (2025)

O aprofundamento nas unidades observadas mostrou a ocorrência de pautas relacionadas tanto ao reconhecimento como a redistribuição (Quadro 1), permitindo inferir quais os principais padrões de temáticas mobilizadas pelo MST quando se trata da atuação da juventude sem-terra.

Quadro 1 – Análise de conteúdo das publicações com a temática ‘juventude sem-terra’ quanto as principais pautas de lutas por reconhecimento e redistribuição

Principais pautas de lutas por reconhecimento		Frequência (%)
a) Defesa do meio ambiente e reconhecimento da Agroecologia como alternativa diante de outras formas de produção;	Publicações 2, 3, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 27, 29, 30, 33, 35, 37, 38, 40, 41, 46, 47, 50	45,1

b) Equidade de gênero e protagonismo das mulheres no movimento sem-terra;	Publicações 2, 4, 5, 10, 27, 29, 33, 38, 39, 40	19,6
c) LGBT sem-terra: diversidade sexual e de gênero no contexto da luta por reforma agrária;	Publicações 2, 4, 5, 27, 33, 36, 38, 40	15,7
d) Combate ao racismo no contexto da luta por reforma agrária;	Publicações 5, 7, 19, 27, 33, 38, 40	13,7
Principais pautas de lutas por redistribuição		Frequência (%)
a) Acesso à educação, cultura e comunicação para jovens sem-terra assentados e acampados;	Publicações 3, 4, 5, 6, 10, 12, 18, 20, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 40, 44, 48	33,3
b) Combate à fome, soberania alimentar e democratização do acesso de alimentos para a população do campo e da cidade;	Publicações 14, 16, 18, 20, 24, 25, 33, 36, 37, 40	19,6
c) Acesso e democratização de terras para fins de reforma agrária;	Publicações 4, 9, 11, 13, 18, 33, 35, 36, 40	17,6
d) Acesso e promoção da saúde;	Publicações 14, 18, 24, 25, 30, 33, 40	13,7
e) Geração de trabalho e renda.	Publicações 30, 33, 35, 40	7,8

Fonte: Elaborado pelos autores com base em MST (2025)

Em relação as principais lutas por reconhecimento, identificamos que o tema relacionado a ‘defesa do meio ambiente e reconhecimento da agroecologia como alternativa diante de outras formas de produção’ aparece com maior frequência nas publicações analisadas, representando 45,1% do total. A posição de destaque para a temática da agroecologia e o motivo pelo qual a destacamos como uma ‘luta por reconhecimento’ estão refletidas na importância que o movimento tem dado para o que Borsatto e Souza-Esquerdo (2019) chamaram de ‘construção de um discurso agroecológico’, que cresce sobretudo a partir dos anos 90 no movimento em contraponto a lógica do agronegócio.

Para os autores, o MST encara a agroecologia para além de aspectos da produção – representa uma possibilidade de diálogo político entre o campo e a cidade, bem como

um discurso mobilizador que “desempenha um papel crucial na conscientização da base social” (Borsatto; Souza-Esquerdo, 2019, p. 925). Tais afirmativas encontram amparo nas publicações analisadas neste estudo, como no trecho da Publicação 8, onde a Juventude Sem Terra compreende a “agroecologia como estratégia de luta e também como um caminho para dialogar com a sociedade, tendo em vista a necessidade de produzir alimentos saudáveis e preservando os bens naturais”.

De forma conseguinte, aparecem pautas sobre equidade de gênero e protagonismo das mulheres no movimento sem-terra (19,6%), LGBT sem-terra: diversidade sexual e de gênero no contexto da luta por reforma agrária (15,7%) e, combate ao racismo no contexto do meio agrário brasileiro (13,7%). Tais resultados mostram um evidente destaque para pautas envolvendo as identidades de atores sem-terra, especialmente conectadas ao debate sobre juventude, mostrando que as lutas por reconhecimento atingem diferentes esferas notadamente articuladas: a luta pela terra e contra o latifúndio atravessada por hierarquias de classe e raça, ao mesmo tempo em que o patriarcado e a normatividade heterossexual ainda estruturam as relações sociais no campo.

Os dados mostram como a interseccionalidade se coloca como um lente fundamental para compreender as vulnerabilidades e as relações de poder no contexto de sujeitos atravessados por desafios e estruturas sociais de gênero, geração, raça e território, por exemplo (Duarte; Silva; Lopes, 2023). Também vão de encontro a constatação de Magrini e Lago (2013), que analisaram a alguns anos a incorporação das temáticas gênero, sexualidade e raça na agenda do MST, concluindo que, naquele momento, com exceção da temática de gênero, esses temas transversais ainda não vinham sendo incorporados de forma consistente à prática política cotidiana do movimento, apresentando poucas articulações entre si sob perspectiva interseccional.

Diferentemente do exposto, observam-se mudanças nos anos subsequentes, especialmente a partir da década de 2010. A criação do Coletivo Étnico-Racial Sem Terra e do Coletivo LGBT Sem Terra sinalizam um avanço na institucionalização dessas pautas, contribuindo para o fortalecimento dos debates e para uma abordagem mais articulada entre classe, gênero, raça e sexualidade. Esse processo também favoreceu o interesse

em produções acadêmicas que analisam tais temáticas (Sabia; Brabo, 2019; Campos, 2022), ao mesmo tempo em que transformações globais e na atuação dos movimentos sociais no Brasil seguem influenciando uma abordagem cada vez mais interseccional no MST (Ferreira; Correia; Lopes, 2023).

Deste modo, o MST segue amadurecendo a incorporação das pautas de gênero, sexualidade e raça, sem abandonar a centralidade da luta pela reforma agrária, tendo na atuação da juventude um espaço canalizador desses temas. Esta visão interseccional construída na prática, a partir da experiência dos próprios sujeitos, afasta os riscos de despolitização do conceito de interseccionalidade, aos quais alerta Bilge (2013), ao concretizá-la como parte de um projeto de transformação estrutural. Aqui, a interseccionalidade se coloca como um projeto de justiça social crítica (Collins, 2019), pois revela como injustiças agrárias são sustentadas por pilares racistas e sexistas.

Fraser (2006) explica essa incorporação como um fenômeno novo oriundo de um processo de conflitos pós-socialistas, ao descrever que cada vez mais “movimentos sociais diversos mobilizam-se ao redor de eixos de diferença inter-relacionados (...) [onde] demandas por mudança cultural misturam-se a demandas por mudanças econômicas, tanto dentro como entre movimentos sociais” (p. 248). No caso da juventude sem-terra, é possível afirmar a partir do observado que está em curso a consolidação de uma primeira geração que vivencia, no interior da própria organização, um debate mais articulado entre a luta pela terra e as dimensões de gênero, raça e sexualidade que atravessam suas identidades.

No que tange as lutas por redistribuição, identificamos cinco pautas centrais mobilizadas no contexto da juventude sem-terra. A temática que surge com maior frequência é a relacionada com acesso à educação, cultura e comunicação (33,3%), seguida de combate à fome, soberania alimentar e democratização do acesso de alimentos para a população do campo e da cidade (19,6%), acesso e democratização de terras para fins de reforma agrária (17,6%), acesso e promoção da saúde (13,7%), e, geração de trabalho e renda (7,8%).

Os resultados são importantes pois mostram que, quando se trata da base jovem do MST, o principal assunto mobilizado pelo movimento não é a ‘redistribuição de

terras', mas sim outras temáticas redistributivas e de luta por direitos sociais. Um dos exemplos de maior destaque está no tema da educação, onde frequentemente o conteúdo analisado esteve ligado a defesa de um modelo público e acessível para todos, especialmente considerando as escolas do campo.

Como relatado na Publicação 3, o intuito do movimento através da educação é “potencializar a formação humana e instigar a auto-organização da juventude nas escolas, comunidades camponesas e na luta política”. Para o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019), a importância do tema está em dois eixos centrais – “o primeiro é que na escola os jovens têm os primeiros contatos com a vida social da comunidade e segundo porque a escola deve possibilitar a formação de um sujeito com consciência crítica da realidade” (p. 109).

Assim, vemos mais do que a defesa da educação, mas também de um modelo educacional próprio, que, em outras palavras, contribua com a reprodução social do movimento a partir de uma ideologia pedagógica transformadora (Dal Ri; Vieitez, 2004), contribuindo assim para construir consciência e fortalecer a identidade camponesa (Barbosa, 2026). O mesmo ocorre na esfera cultural, onde o movimento defende a potencialização de espaços de produção de arte contra hegemônica diante de uma juventude cada vez mais impactada pela indústria tradicional (Coletivo Nacional de Juventude do MST, 2019).

Conclui-se a partir dos dados levantados até aqui que, quanto tratamos da juventude, as demandas redistributivas tem se deslocado da centralidade exclusiva da luta pela terra para a ampliação das condições de permanência e reprodução social no meio rural. Assim, temáticas como educação, cultura e outras políticas públicas surgem como dimensões estratégicas da redistribuição, ainda que isso não implique na separação dos temas da pauta fundiária. As informações também ajudam a compreender a complexidade do próprio movimento, e as transformações ocorridas na sua atuação com o passar dos anos.

Em Fraser (1989), ao discutir sobre os novos movimentos sociais, a autora propõe a existência de três tipos de movimentos sociais, sendo eles, notadamente: a) redistribuidores, b) de reconhecimento e, c) bivalentes. Considerando a partir desta

perspectiva, onde a atuação do movimento se enquadraria? No caso do MST, vimos em seu surgimento que as questões relacionadas a *redistribuição* estiveram presentes por meio da luta pelo acesso à terra, importante pauta que acompanha a organização até os dias de hoje através do debate da reforma agrária. No entanto, as discussões até aqui nos levam a compreender o MST, e consequentemente a atuação da juventude sem-terra, sob a ótica de um movimento *bivalente*.

Como marco importante para o surgimento dessa bivalência entre pautas redistributivas e de reconhecimento, podemos destacar a mudança das discussões sobre reforma agrária no movimento. Enquanto nas décadas de 1980 e 1990 predominava a defesa de uma reforma agrária clássica voltada estritamente para a distribuição de ‘terra para quem nela trabalha’, a partir dos anos 2000, o movimento muda sua orientação através da incorporação do debate sobre uma Reforma Agrária Popular, impulsionada por mudanças no espaço agrário brasileiro, como alternativa diante da consolidação de um modelo agrícola pautado no agronegócio produtivista aliado ao mercado financeiro e grandes empresas transnacionais (Tricontinental, 2020).

O conceito de Reforma Agrária Popular vai além dos aspectos produtivos em torno da luta pela terra, incorporando outros debates na defesa da transformação social no campo, orientada nos eixos: terra, natureza, sementes, produção, energia, educação, cultura e direitos sociais (MST, 2021). Nesse sentido, complexifica a atuação do movimento propondo-se a discutir de forma indissociável com o debate agrário

Novas relações humanas, sociais e de gênero, enfrentando o machismo e a lgbtfobia, por exemplo. (...) o acesso à educação em todos os níveis no meio rural, ao mesmo tempo que tem como propósito construir formas autônomas de cooperação entre os trabalhadores que vivem no campo e na relação política com as massas urbanas (Tricontinental, 2020, p. 25).

Conforme observamos, tais mudanças estão nitidamente refletidas na ação do movimento em torno de sua base mais jovem, a juventude sem-terra, e é confirmada pelo conjunto de pautas identificadas neste estudo. Mas para além disso, também tem sido prática transversal em toda a orientação política e organizativa do MST, influenciando as lutas travadas pela organização perante os dilemas da sociedade brasileira atual.

O aprofundamento no conteúdo das publicações mostra ainda que o MST, através do trabalho com juventude sem-terra, tem se utilizado de um conjunto de repertórios de ação cívica, conflituosa ou barbárica (Quadro 2). Estes, por sua vez, podem estar relacionados a estratégias utilizadas internamente, entre os próprios jovens integrantes do movimento, ou em uma relação com agentes externos, com destaque para o Estado.

Quadro 2 – Análise de conteúdo das publicações com a temática ‘juventude sem-terra’ quanto aos principais repertórios de ação

Repertórios civis		Frequência (%)
a) Acampamentos, jornadas formativas, feiras, cursos e escolas de formação para jovens sem terra	Publicações 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 49, 51	52,9
b) Eventos e mostras de arte e cultura, produções artísticas – músicas, poesias, entre outros.	Publicações 20, 27, 29, 31	7,8
Repertórios conflitivos		Frequência (%)
a) Ações ambientais: Mutirões de plantio de árvores	Publicações 11, 13, 14, 17, 20, 27, 36, 38, 47	17,6
b) Atos virtuais, marchas e notas de posicionamento sobre a importância da educação do campo, contra o fechamento de escolas e outros temas educacionais;	Publicações 12, 19, 20, 36	7,8
c) Ações de solidariedade durante a pandemia e pós-pandemia	Publicações 16, 21, 36	5,9
Repertórios barbáricos		Frequência (%)
a) Ocupações e escrachos ⁴ em sedes administrativas do poder público, empresas do agronegócio e mineradoras;	Publicações 36, 37, 41, 46	7,8

Fonte: Elaborado pelos autores com base em MST (2025)

Os repertórios civis formam a maioria das estratégias utilizadas, sendo identificados em 27 das 51 notícias, seguidos de repertórios conflitivos e barbáricos. No

⁴ Manifestações de ação direta, popularizadas no Brasil a partir dos anos 2000, mas frequentemente utilizadas em outros países da América Latina, como a Argentina, onde o protesto denuncia atores em seus locais de moradia ou trabalho, visando expor de forma pública os denunciados diante da sua própria vizinhança e/ou sociedade (Fabris, 2017).

caso dos repertórios civis, os acampamentos, jornadas formativas, feiras da reforma agrária, cursos e escolas de formação para jovens sem-terra foram citados em 52,9% das publicações, e são os repertórios mais utilizados no período analisado, seguido dos eventos e mostras de arte, cultura e produções artísticas, vistos em 7,8% dos casos.

Assim, nota-se que o MST tem utilizado um conjunto de metodologias orientadas na promoção da educação e da cultura, visando garantir processos de formação política para os jovens – um processo considerado ‘interno’ entre militantes da própria organização. Mais do que espaços formativos, a diversidade desses repertórios de ação coletiva revela verdadeiras infraestruturas pedagógicas que dão sentido à práxis do movimento junto à sua base mais jovem. Esses espaços atuam na produção de consciência crítica, simbólica e cultural, bem como na formação de novas lideranças voltadas à renovação do movimento, sendo fundamentais no trabalho com a juventude.

Por outro lado, os principais repertórios conflitivos foram ações ambientais – em especial os mutirões de plantio de árvores (17,6%), as ações de solidariedade durante a pandemia e pós-pandemia (5,9%), e os atos, marchas e notas de posicionamento com a temática da educação (7,8%). Neste ponto, identificamos que as relações de conflito se dão principalmente com agentes externos, como setores do poder público.

No período analisado de 2019 a 2025, a estratégia de mutirões de plantio de árvores se configurou como um importante componente de denúncia do movimento em relação a atuação do Estado na preservação do meio ambiente, evidenciando a centralidade que o MST tem dado para o enfrentamento à crise ecológica vivenciada no Brasil e no mundo, ao trazer a reforma agrária popular como alternativa. Desse modo, diante de uma realidade onde a sociedade moderna está inserida em um sistema capitalista da economia com uma forte intensidade competitiva (Honneth, 2014), o movimento a partir da sua juventude passa a discutir a questão da terra e de um modo de vida pautado no bem-viver como um contraponto a lógica atual.

De forma semelhante, as ações de solidariedade para distribuição de alimentos, conforme descrito por autores como Santos *et al.* (2021) e Ahlert, Rodrigues e Costella (2022), foram utilizadas pelo movimento com a participação da juventude sem-terra para denunciar a baixa capacidade de resposta do Estado brasileiro na mitigação dos

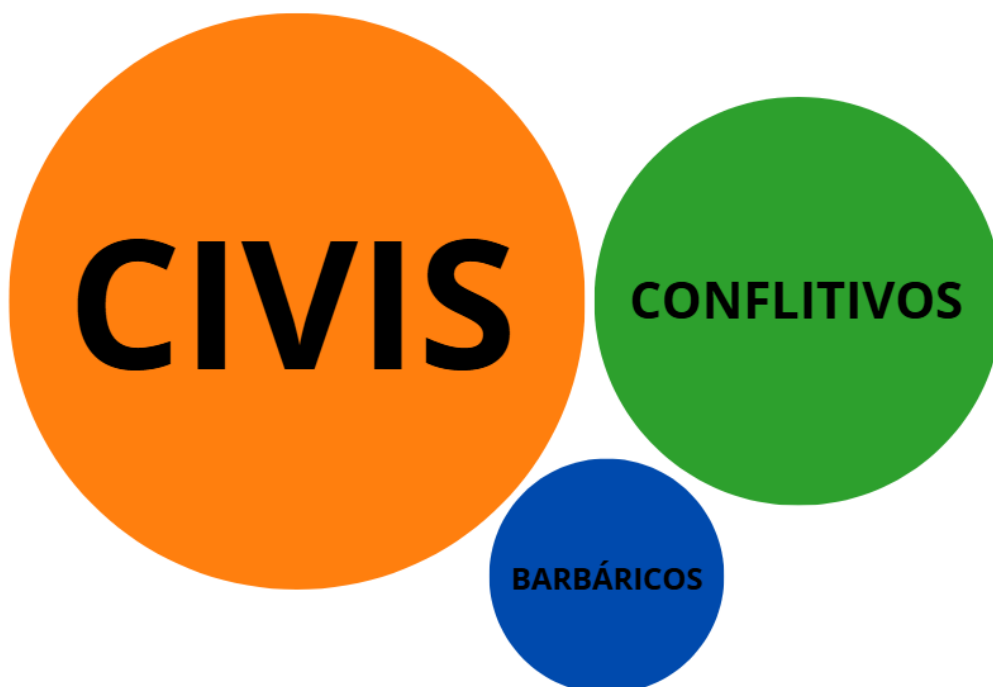
impactos da insegurança alimentar neste período. Essa perspectiva se aproxima da visão de Honneth (2003), que destaca a solidariedade – posteriormente vista pelo autor como *contribuição para a sociedade* – como uma esfera social do reconhecimento, que aliada a estima social garante mais espaço para a disputa pública.

Entre os repertórios barbáricos, destacou-se o uso de ocupações e escrachos em sedes administrativas do poder público, empresas do agronegócio e mineradoras como um componente estratégico utilizado pelo movimento. No caso das ocupações, uma tática que remonta o surgimento do MST enquanto movimento social, e no caso dos escrachos, uma tática mais recente iniciada após os anos 2000, de mobilização pontual com foco no protagonismo da juventude.

Como já observado anteriormente nos estudos da teoria social de Axel Honneth (2014), em momentos específicos o movimento compreende não haver mais espaço para o diálogo com vistas ao reconhecimento, passando para etapas de barbarização deste conflito social. Estas etapas ocorrem principalmente com o intuito de restaurar os espaços sistêmicos e legítimos de reconhecimento e redistribuição – no caso do MST e da juventude sem-terra, são as últimas alternativas com face a garantir os direitos sociais básicos dessa parcela da população. É desse entendimento, somado a visão de Charles Tilly sobre repertórios de ação, que propomos a identificação destes repertórios ‘barbáricos’, ainda que eles também não deixem de ser conflitivos.

A Figura 1 confirma essa relação de barbarização como último recurso, mostrando que a maior parte dos repertórios utilizados pela juventude sem terra no período analisado foram civis (60,7%), seguidos de conflitivos (31,3%) e barbáricos (9,8%).

Figura 1 – Relação entre repertórios civis, conflitivos e barbáricos da juventude sem-terra (2019-2025)



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

De modo geral, a análise do conteúdo sobre os repertórios conflitivos e barbáricos nos permitiu identificar diferentes conflitos com setores do ‘agro’, do garimpo e da mineração, com empresas multinacionais (Notícias 36, 37 e 41) e aparatos do Estado (Notícia 32), momento em que surgem os principais conflitos sociais geradores dos repertórios de ações de solidariedade e mutirão de plantio de árvores, por exemplo.

Os debates realizados até aqui nos levam a constatação de que há uma relação de *equilíbrio precário* (Honneth, 2003), entre o movimento e os mais diversos setores da sociedade, em especial o Estado, expressas em lutas constantes entre a dependência e a formação da autonomia do MST perante estes atores. Por outro lado, o movimento vem atuando de forma a propositiva para a emergência de uma nova ordem social, atuando a partir de experiências promissoras no campo das disputas sociais envolvendo a sua base social mais jovem. Estas, utilizando-se da teoria de Fraser (2006), vem a se configurar como remédios não-estatais para a superação das injustiças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), por meio da atuação da juventude sem-terra, tem cada vez mais incorporado aspectos de lutas por reconhecimento que, somadas a suas pautas redistributivas – como as de acesso à terra, vem favorecendo sua configuração como um movimento bivalente. Tal processo tem se ancorado, sobretudo, na emergência do debate da Reforma Agrária Popular defendida pela organização nos últimos anos.

A análise realizada neste estudo nos permitiu compreender a diversidade de temáticas mobilizadas por estes atores, representando uma interseccionalidade de pautas que envolvem não apenas a temática da redistribuição de terra, mas também de assuntos transversais como questões de gênero, sexualidade e raça. Além disso, a análise mostrou que assuntos relacionados a educação e aos direitos ambientais apareceram com grande frequência em interface com a categoria de juventude. Os resultados mostram como a necessidade de dialogar com a juventude tem influenciado nos padrões de lutas por reconhecimento e redistribuição mobilizadas.

A alta prevalência na utilização de repertórios civis voltados para atividades formativo-pedagógicas evidencia a importância que o movimento tem dado para tais metodologias, mostrando a centralidade de estratégias educativas e a diversidade de experiências que vem emergindo no contexto do movimento para o trabalho que envolve a juventude sem-terra. Além disso, no período analisado foi possível identificar novas formas de repertórios conflitivos ou barbáricos, que vão além das já tradicionais ocupações de terras – como foi o caso das ações de solidariedade, dos mutirões de plantio de árvores e dos escrachos, que possuem o protagonismo fundamental dos jovens do movimento.

O artigo não buscou sanar todas as questões que permeiam os debates sobre conflitos sociais com a participação do MST e o envolvimento de sua juventude. O estudo se limitou a compreender tais processos a partir de um espaço temporal específico, que, por sua vez, pode ter refletido somente uma parte das pautas e repertórios mobilizados por estes atores sociais. Ainda assim, foi possível identificar importantes padrões

utilizados por estes sujeitos, a emergência de novas pautas e métodos de luta, que, certamente, irão contribuir para discussões futuras sobre movimentos sociais no Brasil e o papel da juventude, seus repertórios de ação e a teoria social crítica de redistribuição e reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvor; RODRIGUES, Silvana Filippi Chiela; COSTELLA, Irineu. Uma nova solidariedade universal: Ações do MST no período da pandemia. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 82, n. 323, p. 678–698, 2022. DOI: 10.29386/reb.v82i323.4431. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4431>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Revista de Pesquisa em Políticas de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. Disponível em: https://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/v2n03_02.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Somos Brasileiros e, também, somos Latinos: A Educação do Campo na conformação de uma consciência e identidade latino-americanas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 1–30, 2026. DOI: 10.26694/rles.v30i62.7728. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7728>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Gabriel Campelo; STOFFEL, Janete; RAMBO, Anelise Graciele. Juventude rural. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dheinn (org.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 3. ed. rev. e ampl. Uruguaiana: Conceito, 2024. p. 839. <https://doi.org/10.29327/542272>

BILGE, Sirma. **Intersectionality undone**: saving intersectionality from feminist intersectionality studies. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, Cambridge, v. 10, n. 2, p. 405–424, 2013.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego de. O Repertório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Alagoas e suas Interações com os Partidos Políticos e com o Estado. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 35, p. 81-114, 2019. DOI: 10.21669/tomo.voi35.10457. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/10457>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges. **Agroecology and sustainable food systems**, v. 43, n. 7-8, p. 915-935, 2019.

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, cultura e normatividade**: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-28092010-142119/pt-br.html>

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. Redistribuição e reconhecimento: Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. **Caderno CRH**, v. 24, p. 331-352, 2011. DOI: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VyptqKwdK4JyfWr5SkHQkfJ/>. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFBA7_17d01be43870e2d612b09078cbd4e0da. Acesso em: 05 jan. 2026.

CAMPOS, Thaisson Rodrigues de. **LGBT sem-terra**: um estudo a partir do coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2022. 34 f. Monografia (Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5712>. Acesso em: 02 jan. 2026.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 27 jan. 2026.

COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST. Juventude camponesa e organização política. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (orgs.). **Juventude no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 145-162. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/05/Juventude-Final.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

DA ROS, César Augusto. O movimento “Vistoria Zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, 11/22, p. 232-278, 2009.

DUARTE, Bruno Monteiro; SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; LOPES, Ivonete da Silva. Interseccionalidade e mudanças climáticas: um estado da arte sobre o racismo ambiental no Brasil e seus outros. **Sémata: Ciências Sociais e Humanidades**, n. 34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15304/semata.34.8763>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8858534>. Acesso em: 02 jan. 2026.

FABRIS, Annateresa. Memória dos desaparecidos: algumas estratégias visuais. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, p. 261-278, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0110>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/q7zXtGLXZ3rnCywFMYV3yPx/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2026.

FERREIRA, Guilherme Fraissat Mamede; CORREIRA, Isabel Freire; LOPES, Ivonete da Silva. Interseccionalidade e ambiente rural: uma revisão sistemática (2018-2022) para dialogar com movimentos sociais do campo. **O Social em Questão**, v. 1, n. 57, p. 43-68, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.63629>. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63629/63629.PDF>. Acesso em: 05 jan. 2026.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. **Unruly Practices**. Power, discourse and gender in contemporary social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. London & New York: Verso, 2003.

HONNETH, Axel. Barbarizações do conflito social: lutas por reconhecimento ao início do século 21. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 154-176, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16941>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/7VtYhWD8PvQfSfVNQQVBzWM/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2026.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LOPES, Leandro Gomes Reis; CARVALHO, Denis Barros de. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. e159034, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i159034>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6HCCJtS6tMzQSD9pd59PrjP/>. Acesso em: 05 jan. 2026.

LUCAS, Douglas César. OBERTO, Leonice Cadore. Redistribuição versus reconhecimento: apontamentos sobre o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 2, n. 1, p. 31-39, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4013/4773>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/4773>. Acesso em: 05 jan. 2026.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5999/599965952007/html/>. Acesso em: 03 jan. 2026.

MAGRINI, Pedro Rosas; LAGO, Mara Coelho de Souza. A incorporação de lutas transversais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 13-37, 2013. Disponível em: <https://revista.uemg.br/gtic-malestar/article/view/328/283>. Acesso em: 03 jan. 2026.

MST. **Juventude sem-terra**. Site oficial do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, 2025. Disponível em <https://mst.org.br/?s=juventude+sem+terra&ct_post_type=post%3Apage%3Awpdmpromo%3Acalendar%3Aradio%3Acomites_de_amigos%3Aloja%3Aitem_linha_do_tempo%3Abrigadainternacional>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MST. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST**. Site oficial do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Redistribuição ou reconhecimento, 15 anos depois. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 7-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p7>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p7>. Acesso em: 06 jan. 2026.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 81-96, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/djd7bcZwTP3qnTVr56fBnhy/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 15, n. 105-106, p. 139-65, 1990.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. New York: Free Press, 1964.

PEREIRA, Mateus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, p. 615-645, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10i212>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/49pPLHF6RMpnqqSnPg3HVTx/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

POSSAS, Hiran de Moura; GANTOS, Marcelo Carlos; BRAGA, Adriana Andrade. "O facão transborda as fronteiras e traça o itinerário de novos mapas possíveis": ativismos da juventude sem-terra. **Razón y Palabra**, v. 26, n. 114, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26807/rp.v26i114.1970>. Disponível em: <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1970>. Acesso em: 06 jan. 2026.

RODRIGUES, Maria Telma Aquino; ARAÚJO, Cleyton de Almeida; LIMA, Deneson Oliveira; LIMA, Conceição Maria Dias de. Êxodo Rural: perspectivas dos jovens sobre a vivência em meio rural. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 729-738, 2020. DOI: [10.17648/diversitas-journal-v5i2-777](https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i2-777). Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/777. Acesso em: 27 jan. 2026.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Relações de gênero no movimento dos trabalhadores sem-terra - MST: perspectivas a partir da concepção pedagógica do movimento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1601-1612, 2019. DOI: [10.21723/riaee.v14iesp.2.12648](https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12648). Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12648>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SANTOS, Bárbara Cristina Soares. **Paridade de participação e emancipação em Nancy Fraser**: reconhecimento e justiça a partir do feminismo. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10122020-223714/es.html>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SANTOS, Rafael Silva dos *et al.* Mobilização política em tempos de pandemia: a atuação do MST em foco. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 52, p. 814-831, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8998424.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SANTOS, Rafael Silva dos. **A juventude que ousa lutar**: os sentidos subjetivos da participação política de jovens do MST no Coletivo Nacional de Juventude. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/798bc5c6-c050-4be4-81b6-12e986e45fb4>. Acesso em: 25 jan. 2026.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

TILLY, Charles. **Getting it together in Burgundy, 1675-1975**. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

TILLY, Charles. Speaking Your Mind Without Elections, Surveys, or Social Movements. **The Public Opinion Quarterly**, v. 47, n. 4, p. 461-478, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2748659>. Acesso em: 21 mai. 2024.

TRICONTINENTAL. Institute for Social Research. **Pandemônio**: agonia e resistência global [documento eletrônico]. 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em: 06 mai. 2024.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações** (Campo Grande), v. 19, p. 789-802, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K>. Acesso em: 06 mai. 2024.

HISTÓRICO

Submetido: 10 de Mar. de 2026.

Aprovado: 15 de Ago. de 2026.

Publicado: 31 de Ago. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

BARROS, G. C.; MOURÃO, V. L. A.; SILVA, N. T. C. Juventude sem-terra em perspectiva: repertórios, lutas por reconhecimento e redistribuição (2019-2025). **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, V. 30, N. 63, 2026.